

JOÃO PROENÇA EM ENTREVISTA À CFDT MAGAZINE:

“A EUROPA NÃO DEVE ESTAR PRESENTE UNICAMENTE AO NÍVEL DAS POLÍTICAS COMUNS”*

Na véspera do arranque da presidência francesa da União Europeia, que começará a 1 de Julho e terminará no final de 2008, a CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho) apresenta a perspectiva de três dirigentes sindicais europeus: Zdenek Malek, Vice-Presidente da Confederação checa CMKOS e responsável pela política internacional; João Proença, Secretário-Geral da UGT-Portugal e Marcel Grignard, Secretário Nacional da CFDT. Através das experiências concretas de cada um dos Países, o que se destaca destes três testemunhos é a vontade de encontrar novas dinâmicas de cooperação e um rumo para a acção sindical a nível europeu.

Aqui divulgamos a tradução das perguntas colocadas pela jornalista Elisabeth Kulakowska e das respostas do Secretário-Geral da UGT**.

Elisabeth Kulakowska (E.K.) – Quais eram as suas expectativas e que balanço faz da adesão do seu País à UE?

João Proença (J.P.) – Fomos a primeira organização sindical a apoiar a adesão de Portugal à UE, fundamentalmente, por duas razões. A primeira é que somos um País europeu. A segunda é política: depois de 48 anos de ditadura, a nossa adesão era uma garantia de consolidação da nossa democracia. Estamos actualmente integrados no espaço económico e social europeu. De 1986 a 2000, o nosso País conheceu um verdadeiro progresso económico e social que nunca teria sido possível sem a UE.

A adesão à UE também proporcionou melhores condições de trabalho aos trabalhadores portugueses. Alcançamos, praticamente, o nível de vida da média europeia. Também trouxe mudanças ao nível do comportamento das empresas. Estar na Europa permitiu-lhes ser mais competitivas. Ao contrário, desde 2001, vivemos a mesma crise económica do que o resto da Europa, com uma alta taxa de desemprego (que duplicou desde essa data até agora, sendo actualmente mais alta do que a média da UE).

E.K. – Quais os desafios que se colocam a uma presidência da União?

J.P. – A Europa não se pode limitar a estar presente apenas ao nível das políticas comuns, como na agricultura e nas pescas. No contexto geral da globalização, a Europa pode dar também respostas a nível regional. A UE faz pressão para uma maior desregulação. Existe um aumento das desigualdades salariais e de emprego nos e entre os países europeus. Temos de afrontar este desafio aos níveis nacional e europeu. A Europa social é uma mais valia na competição mundial. Para todas as questões ligadas à legislação do trabalho, as respostas são, antes do mais, nacionais. Não existem dois países europeus com o mesmo sistema de relações de trabalho. Mas se a Europa encontrar um equilíbrio no sentido de melhorar a flexibilidade e a segurança, tanto para o empregador como para o trabalhador, então poder-se-á afirmar que desempenhou plenamente o seu papel pois as discussões a nível europeu têm um impacto real nos nossos debates nacionais. Não se trata, obrigatoriamente, de alterar as leis nacionais, mas sim de influenciar as políticas económicas e sociais.

E.K. – Que lugar ocupa o diálogo social no seu País?

J.P. – Antes da queda da ditadura, em 1974, tínhamos um sistema de negociação colectiva entre os representantes dos trabalhadores e dos empregadores. Mas o diálogo bipartido não existia entre organizações sindicais e patronais e o diálogo tripartido tão pouco.

Em 1984, no período da pré-adesão, criámos o diálogo social tripartido com o impulso da UE. Actualmente funciona bem. Sempre tivemos a possibilidade de discutir a política económica e social com o governo. O diálogo tripartido ainda nos dá, além disso, a possibilidade de firmar acordos sobre a política de rendimentos, o salário mínimo (um acordo muito importante), as políticas do mercado de trabalho, a protecção social, a formação profissional, etc. Não conquistámos tudo o que queríamos mas sempre conquistámos mais do que se não tivéssemos tido este diálogo.

EK – O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social das empresas (RSE) são prioridades sindicais?

J.P. – A questão do desenvolvimento sustentável faz parte da declaração de princípios da UGT. Mas as organizações de defesa do ambiente têm um papel mais importante do que os sindicatos neste domínio. Quanto à responsabilidade social das empresas, há muito que está no centro da nossa acção.

** - Versão integral – Consulte o nº 344 da Revista “CFDT Magazine” – Junho de 2008*

*** - Tradução da responsabilidade da UGT*